

DIÁRIO DO GRANDE ABC

FUNDADO EM 1958

FUNDADORES: Edson Danillo Dotto (1934-1997), Maury de Campos Dotto, Fausto Polesi, Angelo Puga

Maury de Campos Dotto
Diretor SuperintendenteEvenson Robles Dotto
DiretorKeynes Dotto
DiretorOscar Osawa
DiretorDaniel Lima
Diretor de Redação

NOSSA OPINIÃO

Campanha limpa

Os candidatos ao segundo turno para a sucessão municipal em Santo André, o prefeito João Avamileno (PT), que concorre à reeleição, e o ex-prefeito Newton Brandão (PSDB), deram uma inequívoca prova de amor à cidade e de espírito cívico ao aceitarem o compromisso de manter as ruas limpas e evitar ataques mútuos durante a disputa.

O acordo foi selado perante o juiz eleitoral Marcelo Lopes Theodósio e tem tudo para dar os resultados esperados tanto pela autoridade quanto pela população, que a esta altura já não suporta a avalanche de faixas, cartazes, panfletos e outras formas de propaganda despedaçada pelos candidatos.

Resta torcer para que as promessas sejam cumpridas rigorosamente por ambos os concorrentes, embora o vale-tudo da campanha quase sempre escreva suas próprias regras.

Sempre que as reclamações surgem, é comum os candidatos alegarem ter perdido o controle das respectivas campanhas, principalmente quando estão em jogo os arranhões à ética e aos bons costumes.

Nesse ponto há uma troca de acusações tão veemente que fica difícil discernir de que lado está o mais atingido em Santo André.

A coordenação da campanha do PT trouxe à tona o episódio de um tablóide comprovadamente lançado pela *Frente Andreense*, do candidato Brandão, no primeiro turno, que reproduzia notícias de

jornais sobre o seqüestro e assassinato do prefeito Celso Daniel, na tentativa de atingir a atual administração.

Perante o juiz, que atuará como mediador das contendas polêmicas, a defesa apresentada pelos acusados não foi além da negativa de participação da cúpula da campanha tucana, o que, em última instância, não desfaz as dúvidas quanto à possível cumplicidade.

Em contrapartida, pesa contra os partidários de Avamileno as suspeitas de convivência com a divulgação de panfletos apócrifos em que a coligação de Brandão é acusada de abominar as favelas.

O fato é que o festival de baixarias é prejudicial a todos. O candidato que ataca pode até tirar um voto do adversário, mas nada garante que ganhe as simpatias do eleitor. Além do mais, a Justiça fica abarrotada de processos sem que tenha tempo suficiente para julgá-los.

Para evitar maiores atropelos, o acordo proíbe a distribuição de jornais e folhetos que contenham denúncias contra o adversário. Além do compromisso formal, haverá um esquema montado pela polícia para coibir esse tipo de propaganda, que será apreendida imediatamente.

Se tudo for cumprido à risca, Santo André dará um exemplo de respeito à cidadania, com uma campanha limpa e civilizada.

O êxito do acordo depende agora dos candidatos e seus correligionários.

Em Sto. André, candidatos se comprometem em evitar ataques mútuos

PANORAMA

Tributação para o século 21

Marcos Cintra

A proposta de criação de um sistema de arrecadação de impostos fundado no princípio da unicidade tributária tem raízes históricas que remontam há pelo menos três séculos. A dificuldade de sua implementação sempre residiu na impossibilidade de se identificar uma base impositiva suficientemente ampla para permitir a arrecadação necessária com alíquotas moderadas.

No século 18, os fisiocratas propuseram que a base de um imposto único fosse o valor da propriedade fundiária, tida como única geradora de "renda diferencial". Tal concepção resistiu aos tempos e foi reiteradamente proposta por vários economistas, chegando até aos partidários da proposta do *single tax* de Henri George nos EUA no século 19, bem como a outros grupos de defensores desta filosofia tributária ao longo do século 20.

Em janeiro de 1990, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, intitulado *Por uma revolução tributária*, apresentei uma proposta polêmica que representou uma linha divisória entre o pensamento tributário ortodoxo, baseado na manutenção de um sistema de impostos declaratórios, e uma corrente inovadora que propunha como base impositiva uma estrutura simples, automática, abrangente e de baixo custo, consubstanciada na tributação sobre a movimentação financeira.

Dois fatos concretos sustentaram esta nova versão do imposto único: o crescente desuso da moeda manual como meio de pagamento e sua substituição pela moeda escritural, e o avanço da informatização bancária ocorrida no Brasil a partir dos anos 70. A elevada lucratividade da intermediação financeira gerada pela inflação galopante dos anos 70 em diante, induziu pesados investimentos na automação bancária. Além disso, o predomínio da moeda eletrônica permitiu identificar na movimentação financeira do sistema bancário uma base tributária ampla o suficiente para substituir a arrecadação de vários impostos convencionais.

O impacto da proposta no debate sobre a reforma tributária se refletiu em projetos como os dos deputados Flavio Rocha e Luiz Roberto Ponte apresentados no Congresso Nacional. Além disso, vale destacar a entusiástica defesa da proposta do imposto único sobre transações por parte do saudoso Roberto Campos.

Infelizmente, o imposto sobre a movimentação financeira, idealizado para ser um imposto único, acabou desvirtuado e deu origem em 1993 ao IPMF, depois rebatizado de CPMF. Ao invés de substituir tributos declaratórios, ineficientes e estimuladores da sonegação, o imposto sobre a movimentação financeira acabou se somando à proliferação de novas formas de exação fiscal, contribuindo para a trajetória ascendente da carga de impostos a partir dos anos 90.

Paralelamente à idéia de se criar um Brasil um imposto único sobre as transações financeiras, em um seminário realizado na Argentina no final de

1989, o economista da Universidade de Wisconsin, Edgard L. Feige apresentou estudo intitulado *Taxing All Transactions: The Automated Payment Transaction Tax System*. Da mesma forma que no Brasil, a proposta de criação de um imposto sobre movimentação financeira defendida pelo professor Feige, um especialista em economia informal e que desenvolve pesquisas sobre o tema em vários países há mais de 20 anos, suscitou interesse também nos Estados Unidos.

Os estudos de Feige sobre a informalidade em vários países ao redor do mundo apontaram os enormes malefícios que a economia informal e a evasão de impostos vêm causando. O professor Feige concluiu que a tributação sobre as transações bancárias pode atenuar as distorções causadas pela economia subterrânea, e descreve a proposta como um sistema de impostos para o século 21. A ênfase em seus estudos está centrada na busca de um sistema tributário que garanta simplicidade, equidade, eficiência, e baixo custo administrativo para o governo e para os agentes produtivos.

A proposta de Feige deu origem a um movimento de divulgação do *imposto único* norte-americano. O detalhamento do *Automated Payment Transaction* (APT) e outras informações acham-se disponíveis no site www.aptax.com.

No Brasil, em meados da década de 90 a reforma tributária passou ser debatida com maior intensidade em função da PEC 175/95 enviada ao Congresso Nacional. Após dez anos de debate, a CPMF sobreviveu à artilharia dos críticos da cumulatividade. O poder público se convenceu de suas qualidades no combate à sonegação e no seu baixo custo a ponto de defender aguerridamente sua manutenção no último embate da reforma tributária no Congresso.

A idéia do imposto único no Brasil reuniu apoios importantes. A Federação de Serviços de São Paulo e o Sindicato dos Empregados no Comércio de São Paulo são associações que, dentre muitas outras, já se declararam favoráveis ao projeto.

A concepção do imposto sobre movimentação financeira também repercutiu de maneira animadora junto à opinião pública. Pesquisas Datafolha e CNT/Sensus, realizadas em 2002 e 2004, respectivamente, mostram que um em cada três brasileiros conhece o projeto, sendo que 70% são a favor da proposta.

Cedo ou tarde a reforma tributária vai voltar a ser discutida no Brasil e o imposto único certamente granjeará novos apoios. A experiência da CPMF é um ponto de partida para a implantação do sistema que o professor Feige descreveu como a "tributação para o século 21".

■ **Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque**, doutor em Economia pela Universidade Harvard, professor titular e vice-presidente da FGV, foi deputado federal (1999-2003). É secretário das Finanças de São Bernardo.
E-mail: mcintra@marcoscintra.org

GP DO JAPÃO



PALAVRA DO LEITOR

Homofobia

■ O *Diário* deu destaque no caderno *Cultura & Lazer* de 7 de outubro ao projeto Pólo de Resistência, iniciado com o vídeo *Tomé*, produzido por integrantes da Escola Livre de Cinema de Santo André e com recursos do Fundo de Cultura da cidade.

O roteiro e direção de Wilson Julião revelam a trajetória de um personagem de conotação homossexual, mostrado como ameaça à sociedade, doente, pervertido e, por isso, humilhado, espancado, atropelado, até cometer um ato de violência contra um jovem estudante de sexualidade ambígua que passa a investigá-lo.

Liberdade de expressão é fundamental, mas não à custa do estímulo ao preconceito, de visões estereotipadas e tratamento da homossexualidade como monstruosidade.

O esforço dos produtores é louvável, desde que diretores e roteiristas produzam com seus recálques e com seu próprio dinheiro ou de empresários obtusos. Não com o apoio de uma Escola de Cinema e um Fundo de Cultura gerados por recursos públicos. Isto é inadmissível.

Como cidadão me sinto lesado. Como artista e produtor local decepcionado e como homossexual mais uma vez incompreendido.

O tal Pólo de Resistência deve ser de resistência à diversidade, principalmente sexual.

Carlos Lotto
Santo André

Transgênicos

■ No dia 29 de setembro, a multinacional Monsanto confirmou que o desconto de 50% pela cobrança dos royalties do uso das sementes de soja transgênica, que havia sido concedido aos agricultores em 2003, não será mais concedido em 2004. Ou seja,

vai dobrar o valor dos royalties que devem ser pagos pelo uso das sementes geneticamente modificadas.

Isso num momento em que os agricultores brasileiros tiveram seu lucro diminuído em virtude da queda internacional nos preços da soja, e seus custos de produção elevados.

Para que não se diga que ninguém sabia disso, as entidades que foram contrárias à famigerada Medida Provisória que permitiu o comércio de transgênicos já avisavam que os produtores de soja que utilizassem as sementes geneticamente modificadas ficariam à mercê da Monsanto, e que os custos de produção aumentariam muito.

Afinal, antes da liberação, os produtores de soja que plantavam transgênicos utilizavam sementes contrabandeadas da Argentina, sem pagar royalties. Com a liberação, os agricultores tiveram que informar que usam os organismos geneticamente modificados, permitindo e facilitando a cobrança por parte da Monsanto.

A edição da MP, ao contrário de ajudar os agricultores, simplesmente permitiu que a Monsanto cobrasse seus royalties como quisesse, criando mais um monopólio privado no Brasil.

Além disso, o presidente Lula luta para liberar sem restrições o plantio e o comércio de transgênicos, sem informar a presença dos organismos geneticamente modificados à população.

Evandro Monteiro Kianek
Santo André

PT

■ É inegável que as pessoas mais ricas do Grande ABC estão se unindo para derrotar o Partido dos Trabalhadores na terra do presidente Lula. O motivo real ninguém diz. Por que tanto empenho? Por

que este partido incomoda tanto aqueles que por quinhentos anos sugaram o povo brasileiro?

Talvez seja porque construíram unidades de negócios nas regiões mais pobres de Santo André, permitindo aos moradores dos núcleos desenvolverem empreendimentos populares, financiados pelo Banco do Povo, em seus próprios bairros. Quem sabe seja porque o PT ousou cobrar dos mais ricos imposto maior que dos mais pobres.

Também pode ser porque o PT construiu uma rodoviária na cidade, um terminal rodoviário na Vila Luzita, ou talvez porque construiu um posto de atendimento à saúde, no Centro, para atender moradores de todos os bairros.

Ah! Pode ser que queiram destruir o PT porque o partido provou que trabalhador é capaz de governar a cidade em que vive.

Pode ser também porque o PT tem mania de construir Centros Públicos de Formação Profissional. Só em Santo André construiu quatro, para que tanto? Só para qualificar dezenas de milhares de trabalhadores e dar-lhes melhores condições na disputa por um lugar no mercado de trabalho.

Jerônimo Neto
Santo André

ATENDIMENTO AO LEITOR
0800-7720029



DIÁRIO DO GRANDE ABC
O Braço Direito do Grande ABC

DE SUA OPINIÃO POR ESCRITO SOBRE A SEGUINTE PERGUNTA

“Será que a polícia técnica reuniu todos os elementos periciais que permitirão às autoridades indiciar e punir o assassino da menina Emile Perez de Souza?”

■ Para participar, envie cartas com nome completo, endereço, RG e telefone aos cuidados da *Palavra do Leitor*. Endereço: rua Catequese, 562, bairro Jardim, Santo André, CEP 09090-900.
E-mail: palavradoleitor@dgabc.com.br. Telefone: 4435-8310; fax: 4435-8308/8309. A coluna está aberta a opiniões sobre qualquer assunto. O *Diário* se reserva o direito de selecionar e resumir as cartas.

Frases

“O perigo está muito próximo.”

Marlene Bello, 43 anos, dona de casa, moradora em Rio Grande da Serra, dizendo que não vai mais deixar suas três filhas saírem sozinhas de casa

“A condenação do presidente da República é profilática e pedagógica.”

Delosmar Domingos, presidente da Campanha Nacional de Combate à Corrupção, sobre a multa aplicada pelo TRE a Lula no valor de R\$ 50 mil por discurso em favor de Marta Suplicy

“Quero o voto de todos os malufistas. E do próprio também.”

Marta Suplicy, prefeita de São Paulo e candidata à reeleição, sobre o apoio que ela espera receber do candidato derrotado Paulo Maluf (PP)